

Os discursos em suas materialidades: as contribuições do conceito de representação nas obras de Francisco Furtado Mendes Vianna (1908-1911)

*Alessandra Melo Secundo Paulino**

Resumo

O presente artigo a presente visa apresentar as contribuições de Chartier (1990; 1996) e os seus conceitos de *representação* e *materialidade* para a compreensão de infância presente na série graduada intitulada “Leituras Infantis”, composta pelas obras: *Cartilha: Leituras Infantis* (1911?); *Primeiro Livro de Leituras Infantis* (1908), *Segundo Livro de Leituras Infantis* (1908) e *Terceiro Livro de Leituras Infantis* (1908), do autor Francisco Furtado Mendes Vianna. Por resultados obtidos, identificou-se a representação de infância republicana presente nas obras de Francisco Vianna, como também o objetivo principal em suas narrativas: a intencionalidade em apresentar os comportamentos considerados construtivos e destrutivos, seguindo a lógica positivista comtiana.

Palavras-chave: Chartier; Representação; Materialidade; Série “Leituras Infantis”; Francisco Furtado Mendes Vianna.

Discourses in their materialities: the contributions of the concept of representation in the works of Francisco Furtado Mendes Vianna (1908-1911)

Abstract

The present article aims to present the contributions of Chartier (1990; 1996) and his concepts of representation and materiality for the unders-

* ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-1399-9389> . Universidade Federal de São Paulo. Mestre em educação. Professora da rede municipal de Guarulhos

tanding of childhood present in the graduated series entitled “Leituras Infantis”, composed by the works: *Cartilha: Leituras Infantis* (1911?); *Primeiro Livro de Leituras Infantis* (1908), *Segundo Livro de Leituras Infantis* (1908) and *Terceiro Livro de Leituras Infantis* (1908), by author Francisco Furtado Mendes Vianna. Based on the results, the representation of republican childhood present in Francisco Vianna’s works was identified, as well as the main objective in his narratives: the intention to present behaviors considered constructive and destructive, following the Comtian positivist logic.

Keywords: Chartier; Representation; Materiality; “Leituras Infantis” Series; Francisco Furtado Mendes Vianna.

Los discursos en sus materialidades: los aportes del concepto de representación en la obra de Francisco Furtado Mendes Vianna (1908-1911)

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo presentar las contribuciones de Chartier (1990; 1996) y sus conceptos de representación y materialidad para la comprensión de la infancia presentes en la serie graduada titulada “Leituras Infantis”, compuesta por las obras: *Cartilha: Leituras Infantis* (1911?); *Primeiro Livro de Leituras Infantis* (1908), *Segundo Livro de Leituras Infantis* (1908) y *Terceiro Livro de Leituras Infantis* (1908), del autor Francisco Furtado Mendes Vianna. A partir de los resultados obtenidos se identificó la representación de la infancia republicana presente en las obras de Francisco Vianna, así como el objetivo principal en sus narraciones: la intención de presentar conductas consideradas constructivas y destructivas, siguiendo la lógica positivista comtiana.

Palabras clave: Chartier; Representación; Materialidad; Serie “Leituras Infantis”; Francisco Furtado Mendes Vianna.

Introdução

A História da Educação possui diversas perspectivas de análise, desde políticas para a sua efetivação na sociedade, até as instituições, processos educativos, sujeitos e materiais. O presente artigo visa tecer algumas considerações acerca de uma historiografia do livro no Brasil.

No século XIX, existiam esparsas obras de autores brasileiros que circulavam nas escolas. De acordo com Frade (2016), após

a onda de impressos portugueses utilizados como materiais para o ensino no período colonial e imperial, o movimento de nacionalização do livro no Brasil e a crítica às obras portuguesas no território brasileiro toma forma a partir de 1870, mesmo com obras já publicadas por autores brasileiros, como as de “Antonio Travassos (1820), Luis Francisco Midosi (1831), Emílio Achilles Monteverde (1858), o Método Castilho (1846) e a Cartilha Maternal de João de Deus (1876)” (FRADE, 2016, p.432).

De acordo com Frade (2016), a primeira obra identificada pela historiografia e que trouxe relevância para o ensino brasileiro foi o *Primeiro Livro* do autor Abílio Cesar Borges, produzido em Paris, no ano de 1867. De acordo com a autora, a obra e o *Segundo Livro*, tiveram participação do autor, o que corrobora com a tentativa em manter referências nacionais em um material produzido fora do país. Além do Abílio Cesar Borges, a autora também aponta a importância das obras de Hilário Ribeiro para o ensino da leitura durante o período imperial.

No entanto, o início do século XX traz uma nova roupagem acerca do processo de nacionalização da sociedade, pois foi um período demarcado por uma nova demanda no campo da educação, que necessitou de profissionais de diversas áreas do conhecimento: médicos e sanitaristas, arquitetos, especialistas da área da política e do direito, principalmente educadores empenhados com as novas mudanças e com o conhecimento dos métodos de ensino para a elaboração dos livros didáticos.

Além da procura por novos profissionais para realizar as mudanças na educação compreendida como projeto de nação, a classe dominante instituiu um discurso formativo específico para a infância, considerando que “[...] os republicanos paulistas necessitam consolidar e divulgar o seu modelo escolar por meio de conferências, escritos e livros didáticos, todos dirigidos aos professores com intenção de prescrever o que e como ensinar” (PANIZZOLO, 2017, p. 7). Dessa maneira, novas concepções de ensino e de compreensão da vida infantil foram elaboradas.

Quanto às intencionalidades de idealização do povo republicano, Câmara (2010) apresenta as principais ações realizadas para a criação de uma identidade nacional, levando em consideração padronização da população. Assim, formular símbolos de identificação de uma nação era essencial, considerando imprescindível transmitir “[...] pelo ideal civilizador da integração nacional e de reforma social do país, tendo em vista incorporar o “todo social”, com suas diferenças e individualidades, aos ideais modernizantes de transformação da sociedade” (p.119). Quanto à mobilização para criação dessa nacionalidade, a autora descreve que:

Os intelectuais, ao intencionar produzir a identidade nacional do povo brasileiro, cindiram os ideais de sua integração política, cultural e moral como partes constitutivas da ideia de nacionalidade. A partir dessa sutura entre o político, moral e o cultural estabeleceram não só os aspectos constituintes dos direitos e dos deveres do povo, mas também mapearam as diferenças no seu interior, a fim de suprimi-las (CÂMARA, 2010, p. 121).

No que diz respeito ao ato de introduzir na sociedade as concepções de um ideal republicano e de “sentimento nacional”, seria necessário a elaboração de dispositivos de convencimento por meio da educação e prazer, muito mais do que pela repressão e castigo (CÂMARA, 2010). Dessa forma, foram selecionadas estratégias a fim de colocar a escola como espaço de inspiração e de fecundidade da nacionalidade; e as principais ferramentas utilizadas no ambiente escolar para a materialização desse discurso nacional foram os livros didáticos, sendo o mais importante deles os livros de leitura infantil para uso nas escolas primárias. Quanto ao projeto de instrução da infância, a autora discorre sobre a importância no período de um projeto de aprimoramento do indivíduo:

A ênfase direcionada à instrução das crianças associava-se ao caráter essencial da educação para o aprimoramento da raça, para o engrandecimento da pátria. Em uma clara alusão, destacaram o papel preponderante que essa assumia no processo de “redenção nacional” que se esperava incrementar com a educação física e mo-

ral da criança. Incutir valores morais e cívicos, as noções de ordem, de civilidade, desenraizando os hábitos pertinentes às camadas populares dos fazeres e pensares das crianças constituiu-se a tônica dos discursos e ações enfeixadas em torno da prerrogativa curativa da infância pobre (CÂMARA, 2010, pp.126-127).

Assim, os livros infantis foram os principais propagadores de projetos de civilidade nesse período, propiciando a educação da mente e do corpo, inculcando valores comportamentais e morais sob a forma de narrativas. Para Tozzi (2013), os livros infantis possuem um papel importante para o processo de civilização:

Atuantes nos processos de aprendizado da vida em grupo e na formação de disposições comportamentais, esses livros aparecem como objetos de *formam* porque ensinam formas de ser e estar no mundo; que apresentam às crianças uma ordem para os espaços de sua existência e expressão, que funcionam reorganizando simbolicamente os lugares ocupados por públicos que detêm sua propriedade ou apropriação conformada a certa prática (p. 137).

Para que o discurso tenha a sua efetividade no campo da educação, o livro escolar passa a ser um objeto de regulação, justamente pela sua importância no âmbito da educação. Para que esse controle fosse respeitado, as obras eram avaliadas como “livros aprovados” e “livros adotados oficialmente”. A definição de “livros adotados oficialmente”, incluía livros e materiais de oferta governamental para uso nos Grupos Escolares e escolas isoladas presentes nos estados brasileiros (MAGALHÃES, 2018).

Considerando a demanda de materiais didáticos, principalmente os livros escolares, Bragança (2016) identifica que, nos primeiros anos do século XX, com vistas ao movimento de produção editorial brasileira, a sociedade *Francisco Alves & Comp.* foi a principal casa editora na produção de livros de leitura e séries graduadas. Sua importância era tamanha que a própria casa possuía outras filiais fora do país, como a *Livraria Bertrand*, localizada em Lisboa e a *Livraria e tipografia Aillaud*, em Paris. Além dessas, adquiriu as editoras *Biblioteca de Instrução Profissional* e *A Editora*, sucessora da casa *Davi Corazzini*.

Para Deaecto (2004), o sucesso da casa editora no início do XX é resultado de três questões primordiais: primeiro, os contatos que o editor Francisco Alves tinha com os membros estratégicos da Instrução Pública e o do governo de forma geral; segundo, a obrigatoriedade do uso de manuais e livros didáticos nos 1º e 2º graus do ensino primário, o que resultou na alta demanda de obras compradas pelo governo; e, por último, o aumento do número de escolas no período. Além destes, o fenômeno da urbanização e “aburguesamento” da sociedade e o aumento da população, principalmente estrangeira, incidiu sobre o investimento da casa editora nos livros voltados para a educação dos infantes.

Dentre os diversos autores que a casa editora possuía em seu catálogo, destaca-se Francisco Furtado Mendes Vianna (1876-1935), que atuou como professor normalista nas escolas do estado de São Paulo, foi inspetor escolar e superintendente de educação elementar no Distrito Federal (Rio de Janeiro); produziu uma extensa variedade de obras didáticas: *Elementos de trigonometria: Compreendendo a resolução dos triangulos esfericos* (1901); *Leitura preparatória, 1º, 2º, 3º livros de leitura* (1908); *Novo methodo de calligraphia vertical* (1909?); *Cartilha: Leituras Infantis* (1911?); *Considerações geraes sobre a aprendizagem da leitura/cartilhas: leituras infantis* (1912?); *Primeiros passos na leitura* (1915); *Quarto Livro de leituras infantis: apanhados e factos historicos* (1919); *Pequena Historia do Brazil* (1922); *Modernas directrizes no enziño primario: escola activa do trabalho ou nova* (1930); *Novo methodo de calligrafia americana (inclinada)* (1890?); *Cadernos illustrados* (s.d.); *Novos cadernos de linguagem* (s.d.).

Dessa forma, considerando a importância da construção de um discurso nacionalista no início do século XX, a presente pesquisa visa apresentar as contribuições de Chartier e o seu conceito de *representação e materialidade* para a compreensão da infância presente em parte da série graduada intitulada “Leituras Infantis”, composta pelas obras: *Cartilha: Leituras Infantis* (1911?); *Primeiro Livro de Leituras Infantis* (1908), *Segundo Livro de Leituras Infantis* (1908) e *Terceiro Livro de Leituras Infantis* (1908), do autor Francisco Furtado Mendes Vianna.

Sendo assim, o artigo está organizado em duas partes, além das considerações finais. Em *Discursos e para a compreensão de uma representação*, pretende apontar o conceito de representação do real e como os discursos constituem essa representação aliados às concepções do período e do autor. Já em *A materialidade como constituição de um sentido do texto*, apresentar o conceito de materialidade por meio da reconstituição de um sentido do texto em articulação com as obras de Francisco Vianna.

Discursos e para a compreensão de uma representação

Os estudos de Roger Chartier (1990) acerca da representação estão inseridos no campo da História Cultural, que tem “(...) por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos de uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (p,17). Considerando os diferentes sujeitos que constituem uma sociedade, é possível compreender que determinados grupos possuem ideias contrastantes ou convergentes acerca de determinadas concepções, e essas ideias tendem a ser registradas por meio de discursos elaborados e materializados. É necessário compreender que os discursos materializados não são, de forma alguma, escritos neutros ou imparciais, pois, por mais que estejam envolvidos em saberes pautados na universalidade e na razão daquele período, foram formados e organizados por interesses desses próprios grupos, e a intencionalidade é justamente a promoção desses discursos na sociedade. Dessa maneira, a representação:

[...] permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns <<representantes>> (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p. 23).

No que concerne aos diferentes discursos produzidos em suas materialidades, Chartier (1990) considera que as representações “[...] têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (p. 17). Dessa forma, é necessário considerar que essa tentativa de reformulação do real compreende que a sociedade está marcada por processos de classificação, diferenciação e delimitação; ações essas que são criadas pelos grupos que a forjam, com a finalidade de produzir discursos, que não podem ser considerados neutros, pois produzem estratégias e práticas e estão constantemente em um campo de concorrências, em uma relação permanente entre poder e dominação.

Dessa forma, realizar a análise da representação parte da materialidade dos discursos, ou seja, por meio dos impressos, que estão mediados por práticas sociais e por instituições como a escola, a política e o aparato administrativo e burocrático educacional. Dentre esses materiais, especificamente no campo da educação, destacam-se os livros escolares, pois são objetos em circulação, pois comunicam ideias, valores e comportamentos desejosos a serem ensinados.

Considerando o investimento em materiais e infraestrutura para a educação republicana no início do século XX, a formação dos profissionais era de extrema importância, como forma de criar um capítulo novo para o ensino brasileiro. O interesse pela educação partiu de diversos grupos como os “republicanos radicais, positivistas, maçons, liberais e, claro, adesistas de última hora” (MONARCHA, 2016, p. 130), com diferentes ideais, e até mesmo contraditórios, tinham por maior necessidade de ascensão do “Povo-Soberano” em detrimento do poder Monárquico. Portanto, variados grupos políticos (principalmente os republicanos liberais) viam a representação popular como primordial, com vistas à vida nacional e suas diversas esferas: institucional, política, cultural e agregação coletiva. Assim, a instrução básica do povo era de essencial importância.

A formação de Francisco Furtado Mendes Vianna condizia com as necessidades de um profissional da educação naquela época. Formado pela Escola Normal “Caetano de Campos” (SP) entre os anos de 1893-1895, retornando em 1899-1900 para um estudo de complementação, atuou em escolas do estado de São Paulo, como a “Prudente de Moraes”¹, na capital, entre os anos de 1895 e 1904 e como diretor escolar entre os anos de 1904 e 1906 no Grupo Escolar Dr. “Cardoso de Almeida”, na cidade de Botucatu. Com a sua aprovação como professor de História Natural no *Gymnasio* de Campinas, passa atuar na instituição até o ano de 1911, período em que realiza a editoração de sua série “Leituras Infantis” fora do país².

Sob tutela desde os 12 anos por seu tio, Godofredo José Furtado, que fora catedrático da “Caetano de Campos”, Francisco Furtado Mendes Vianna teve acesso ao campo da educação com maior facilidade, considerando a sua proximidade familiar com um professor proeminente à época. Além disso, assim como o seu tio Godofredo José Furtado e seu outro tio, Raimundo Teixeira Mendes, foi defensor dos ideais comtianos, refletindo sobre as suas publicações educacionais, palestras e obras didáticas.

Dessa maneira, é possível delinear o perfil de infância defendida por Francisco Vianna, considerando a sua formação, atuação, publicações educacionais e a parceria de editoração de suas obras com a casa editora *Francisco Alves & Comp.* Inserido em um campo de ideais específico, a criança pautada pelo autor é definida como:

Eis, porque, embora a psychologia da creança seja, quanto ás facultades elementares postas em jogo, fundamentalmente a mesma do adulto, nós não a podemos tratar como si fosse um adulto em que todas ellas se manifestassem reduzidas na mesma proporção. Uma vez que a relação que há entre cada uma das facultades elementares no adulto e na creança não pode ser representada pelo mesmo coeficiente, a combinação delas

¹ Antigamente denominada de Escola Modelo da Luz, recebeu a alteração de nome para “Prudente de Moraes” por intermédio Conselho Superior de Instrução Pública, no ano de 1895.

² Para maiores informações, ler Paulino (2019)

apresenta, num e noutro caso, resultados aparentemente tão diversos que se assemelham a muitos como oriundos de faculdades também diversas (VIANNA, 1930, pp. 50-51).

A sua fala entra em conformidade com a concepção de Charrier sobre o discurso, pois entre o mundo do texto e o do sujeito há elementos na leitura que proporcionam compreender a apropriação desses discursos e como eles afetam o leitor ao conduzir a uma nova visão de mundo, posto que “cada emprego da palavra, cada definição da noção remete, portanto a uma estratégia enunciativa que é também representação das relações sociais” (CHARTIER, 2003, p.48). Realizar um discurso de modelação para a criança é diferente daquele destinado ao adulto, pois possui estratégias enunciativas diferenciadas e, portanto, deve ser considerada o que Francisco Vianna diz sobre “faculdades elementares no adulto e na creança não pode ser representada pelo mesmo coeficiente”. Francisco Vianna criticava demais autores por colocarem termos muito complicados para as crianças, o que poderia proporcionar uma falta de compreensão sobre os assuntos que deveriam ser abordados:

Da preocupação excessiva com a linguagem, resultava a tendência para exercel-a, si assim podemos dizer, no vazio: as idéas, as concepções, os sentimentos e as acções passavam para o plano secundário. Dahi o exagero da construção de phrases, dos exercícios puramente grammaticaes, das descrições, das composições, especialmente, das cartas, etc. O alumno lia, escrevia e analysava muito, dissertando,por vezes, até sobre o que contemplara e mesmo meditara insufficientemente (VIANNA, 1930, p. 68).

Para isso, Francisco Vianna preza por apresentar nuances diferenciadas entre as obras em seriação, considerando as crianças em início do processo de escolarização até a complexificação das narrativas nos livros finais. No entanto, o seu discurso de defesa de abordagem não era diferente dos seus contemporâneos. Por ser um conjunto de livros para leitura corrente, organizadas em série graduada, as características desses materiais condiziam com o processo de complexificação de formação dos sujeitos, como aponta Batista et al (2002):

Os primeiros se caracterizam como coleções de livros destinados às quatro séries do ensino elementar, podendo incluir um quinto, voltado para a alfabetização ou para uma outra série, de acordo com a organização do sistema de ensino. Apresentam, por essa razão, uma progressão tanto no interior dos livros quanto em suas relações com os demais livros da série, em geral baseada na extensão e na complexidade dos textos utilizados (BATISTA et al, 2002, p. 35).

As narrativas presentes nas obras de Francisco Vianna, são constituídas por conteúdos voltados para a realidade infantil, ou seja, por meio de ações cotidianas vivenciadas por crianças com seus pares, com a presença ou não de adultos, sejam eles seus familiares ou vizinhos, desconhecidos ou até animais domésticos.

Os assuntos morais que necessitam ser trabalhados com as crianças inserem-se na perspectiva de formar um bom indivíduo, com a capacidade de diferenciar o instinto “construtor” do “destruidor”, com vistas a eliminar o segundo, proporcionando uma formação mais altruísta e menos egoísta, em uma educação dos sentimentos pautada no positivismo comtiano:

Ora, o instinto constructor, a que Auguste Comte chamou também industrial, é de uma indispensabilidade e um valor excepcionaes, porque é o seu exercício que assegura e facilita a existência material dos indivíduos que compõem a humanidade. Pois bem, é com o exercício regular, systematizado e contínuo, do instinto constructor, na indústria, na agricultura e mesmo no commercio, que a quase totalidade dos indivíduos pode realmente colaborar de fôrma eficiente para as sociedades em que vivem, concorrendo, pelos productos, para a facilidade da vida material, fonte de tantos atritos, e pela sympathia continua que se desenvolve nos trabalhos para o progresso moral da Humanidade (VIANNA, 1930, p.90).

Esses sentimentos, que devem ser trabalhados em níveis diferenciados de acordo com anos, devem ser inicialmente introduzidos por meio da família e desenvolvidos a partir educação escolar, que “[...] consiste exatamente no desenvolvimento de todas as qualidades que permitem a cada individuo dar uma feição moral á sua atividade, quer quanto á origem, quer quanto aos meios, quer

quanto aos fins” (VIANNA, 1930, p. 56). Caso haja a possibilidade de o egoísmo prevalecer sobre o sujeito, o autor entende que a sociedade tende a ser mais destrutiva e esqueça os valores fraternais:

O que observamos, por exemplo, é, em relação ao egoísmo uma grande intensidade de instinto de conservação do indivíduo, do instinto destruidor, do orgulho (considerado aqui como a tendência para o domínio), enquanto o instinto materno, o instinto constructor e a vaidade (necessidade de aprovação) revelam-se ainda muito fracos. Dos pendores altruístas o mais forte é o apego; a veneração, isto é, o reconhecimento da superioridade, e a bondade, desejo de amparar os mais fracos, são ainda muito rudimentares (VIANNA, 1930, p. 49).

Sendo assim, a presença da família nas primeiras obras da série ocorre com muita regularidade, como forma de ensinar às crianças diferentes valores, como a bondade, o apego e o respeito. Por outro lado, a escola e o trabalho aparecem com menor incidência, muito provavelmente, por ser a família a instituição mais importante para ensinar os valores morais.

No que se refere às ações positivas consideradas importantes para a fase infantil, estão presentes em maior regularidade, a caridade, o respeito aos animais e empatia, consideradas, portanto, como virtudes essenciais para formação de uma nova nação. Em seguida, aparecem assuntos como o gosto pelos estudos, o amor pela profissão/trabalho, a abnegação, a coragem e ouvir os mais velhos, esse último como comportamento de maior presença a partir do *Primeiro Livro de Leituras Infantis*.

Observa-se a necessidade de Francisco Vianna em apresentar valores voltados para a caridade, bondade e dignidade, com a necessidade a inculcá-los nas crianças leitoras. Tanto as narrativas consideradas “negativas” (com seus respectivos ensinamentos) quanto nas “positivas”, pretendem formar uma criança real de acordo com suas concepções. De acordo com Benjamin (2002), essas ações que envolvem os bons atos estão presentes na literatura infantil desde o século XVIII:

Com sua forma de educação, os filantropos colocavam à prova o imenso programa de formação humanista. Se o homem era piedoso, bondoso e sociável por natureza, então deveria ser possível fazer da criança, ser natural por excelência, o homem mais piedoso, mais bondoso e mais sociável. (BENJAMIN, 2002, p. 54)

Nos últimos livros da série, há a presença do adulto como personagem principal, o que demonstra a necessidade de inculcar nas crianças que os bons atos devem permanecer ao longo da vida. Uma maior recorrência de lições com adultos oferecendo exemplos estão no *Primeiro* e *Segundo Livro de Leituras Infantis*, que apresentam diversificação nas relações entre crianças e seus familiares, e, por conseguinte, o ensinamento de boas ações.

Assim como novos ideais estão presentes na nova ordem republicana, os fatos históricos mundiais afetam igualmente o modo como a educação era compreendida pelos educadores:

Symptoma parcial da evolução muitíssimo vasta e profunda por quem passam as sociedades modernas occidentaes, especialmente depois da guerra, a modificação que ora se propugna em relação ás organizações do ensino publico primario precisaria ser apreciada de fórma mais completa, porque é desnecessário repetir que os ideaes da educação variam conforme as opiniões scientificas e religiosas das sociedades e das épocas (VIANNA, 1930, p. 16).

Foi possível constatar que, os ideais educacionais no Brasil também sofreram modificações após a grande guerra de 1914, fazendo com que a sociedade pensasse no bem coletivo e em uma preocupação com o ensino das boas ações, a importância dos bons exemplos e a preocupação com o próximo.

A materialidade como constituição de um sentido do texto

No que concerne a reconstituição do sentido do texto, Chartier propõe uma análise, que envolve três polos: o texto em si, o suporte qual ele é constituído (ou seja, a sua materialidade) e suas práticas:

“(...)é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor” (CHARTIER, 1990, p. 127).

As obras *Cartilha: Leituras Infantis* (1911?); *Primeiro Livro de Leituras Infantis* (1908), *Segundo Livro de Leituras Infantis* (1908) e *Terceiro Livro de Leituras Infantis* (1908), foram publicadas pela editora Francisco Alves & Comp. para uso nas escolas primárias brasileiras. Por ser um material utilizado há muitos anos, não existe a possibilidade de reaver as suas práticas, porém, é possível afirmar, por meio dos *protocolos de leitura* que o autor forneceu aos professores, que esses livros deveriam ser utilizados para a prática de leitura silenciosa ou coletiva com a sala. Após o uso em sala de aula, poderia ser utilizado como leitura deleite com os familiares. A prática efetivamente realizada em sala pelos professores e alunos, no entanto, foge do controle do historiador.

No que concerne aos protocolos de leitura, Chartier (1996) defende a necessidade de estar atento à todas as particularidades do suporte em que o discurso está materializado, pois “a imagem no frontispício, ou na página do título, na obra do texto, sugere uma leitura, constrói um significado. Ela é um protocolo de leitura, um indício identificador” (Chartier, 1996, p.131). Existem protocolos diretos, ou seja, aqueles que o autor efetivamente orienta o leitor por meio do prefácio, mas também existem outros elementos presentes nos livros que pressupõe determinados comportamentos de leitura.

Um protocolo muito recorrente nas obras do período é a presença de ilustrações nos textos. Pouco utilizado nas décadas anteriores, passa a ser atrativo para as crianças, mas também requisito importante para aprovação, compra e uso nas escolas públicas do século XX.



Figura 1 - Páginas 11 e 14 da 9ª edição da obra *Primeiro Livro de Leituras Infantis*, publicada em 1911

Fonte: Biblioteca Nacional de Maestros – BNM.

No *Primeiro Livro de Leituras Infantis*, assim como os posteriores, há a presença de ilustrações, fotografias, mas também as filipetas (presente na segunda imagem da figura 1), que não possuem relação nenhuma com o texto e são mais baratas em relação às ilustrações e fotografias. Porém, há também a presença de imagens que conversam com o texto, como forma de complementar ou enfatizar determinada ação ou prática da narrativa. Essa preocupação em ter a presença de imagens está relacionada diretamente com o método analítico³, instituído em 1890 pela Reforma da Instrução Pública, partindo de situações do entendimento da criança para temas mais complexos, porém, sempre considerando as experiências das crianças.

Outro protocolo de leitura presente nas séries graduadas do período é a identificação do autor e a apresentação da sua proe-

³ O método analítico foi instituído em 1890 pela Reforma da Instrução Pública de São Paulo e considerava o desenvolvimento biológico, fisiológico e psicológico da criança, partindo de ensinamentos simples para os mais complexos. Para maiores informações, ver Mortatti (2006).

minência no campo da educação, como também a importância da própria obra a partir de suas aprovações e circulações entre as escolas brasileiras. A presença dessas informações garante ao comprador levar uma obra em detrimento de outra. Na figura abaixo, um exemplo dessa prática:

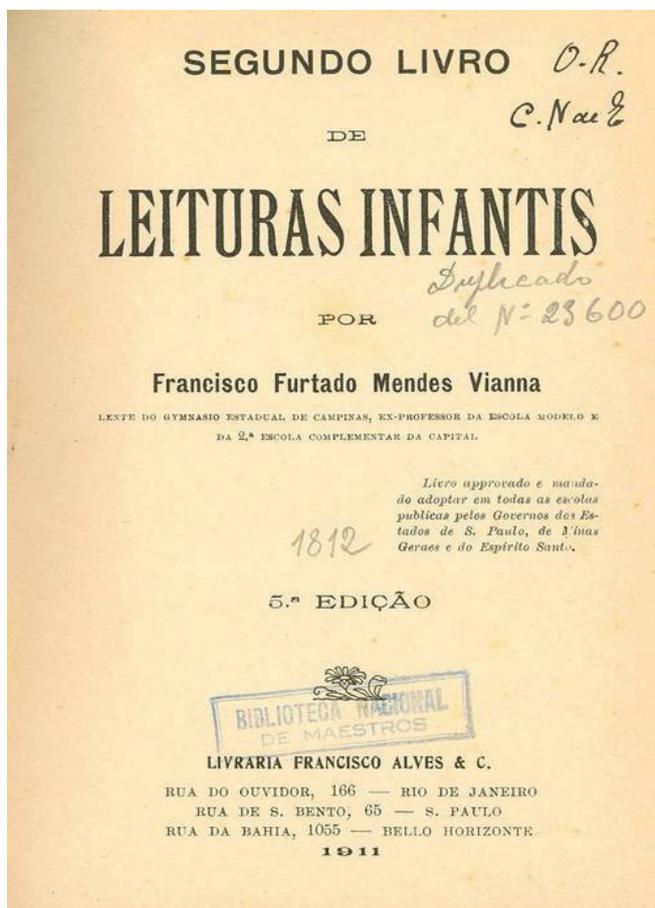


Figura 2 – Folha de rosto da 5ª edição da obra *Segundo Livro de Leituras Infantis* (1911)

Fonte: Biblioteca Nacional de Maestros – BNM.

Abaixo do nome do autor, há um pequeno currículo: “Lente do Gymnasio Estadual de Campinas, ex-professor da Escola Modelo e da 2ª Escola Complementar da Capital.”; já na lateral direita, uma descrição sobre a aprovação da obra: “Livro aprovado e mandado adoptar em todas as escolas publicas pelos Governos dos Estados de S. Paulo, de Minas Geraes e do Espírito Santo”. Ao apresentar a folha de rosto, é possível relacionar sobre o que Chartier (2014) chama em seu livro de *função autor*, que envolve “uma tensão entre a liberdade e o hábito, a desenvoltura do Eu, de um lado e, do outro, os mecanismos sociais e institucionais que constroem o autor, a identidade do autor(...)” (p.31). No caso, a apresentação do Francisco Furtado Mendes Vianna como profissional, colocando-o no campo da educação, legitimando o seu discurso, mas, ao mesmo tempo, há indícios nessa mesma página que o seu discurso teve que passar por um crivo para estar nas escolas públicas de alguns estados brasileiros, como por exemplo, a necessidade da aprovação de qualquer obra a ser utilizada pelos alunos e professores em escolas públicas precisavam passar por um processo de seleção elaborado por comissões organizadoras⁴ do período. Também, identifica-se a editora “Francisco Alves”, uma gigante em produções educacionais, ou seja, uma editora especializada em aprovar suas obras de acordo com as regras ditas por essas comissões.

Considerações finais

O presente artigo buscou relacionar as concepções de Roger Chartier quanto ao discurso e materialidade com as obras do autor Francisco Furtado Mendes Vianna, publicadas pela editora Francisco Alves & Comp. Chartier (1998) afirma que muitos textos tendem a anular-se como discurso para transmitirem práticas de comportamentos ou condutas, o que é muito presente em “(...)artes de bem morrer, os tratados de civilidade, os livros de práticas são exemplos, entre outros, desses gêneros que pretendem incorporar nos indivíduos os gestos necessários ou convenientes” (p, 135). Portanto,

⁴ Para maiores informações, ler Oliveira e Trevisan (2015).

ao identificar a representação de infância republicana nas obras de Francisco Vianna, identificou-se também o objetivo principal em suas narrativas: a intencionalidade em apresentar os comportamentos considerados construtivos e destrutivos, seguindo a lógica comitiana. A escolha em mostrar a dualidade entre as ações ditas como altruístas e egoístas entra em conformidade com o ideal positivista do autor. Principalmente em seus artigos educacionais, o Francisco Vianna aponta a necessidade de defender o instinto construtor em detrimento do instinto destruidor na fase infantil, como também a escolha em apresentar com maior regularidade as ações negativas como forma de demonstrar as consequências para cada ação.

A presença de narrativas do cotidiano, com crianças, adultos, conhecidos e desconhecidos, em ambientes como a família, a escola e o trabalho fornecem elementos para a introjeção de comportamentos ditos bons ou ruins para as crianças leitoras. Porém, é importante destacar que a civilidade só tem implicação nas obras quando entra em conformidade com os símbolos e tradições culturais específicas daquele grupo social, considerando o projeto para a nação vigente. Sendo assim, identificam-se crianças consideradas ideais para representação de uma sociedade republicana brasileira nas narrativas de Francisco Vianna.

Referências

BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. de O.; KINKLE, K. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago, n. 20, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a03.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002.

BRAGANÇA, A. (Org.). **Rei do livro**: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2016.

CÂMARA, S. **Sob a guarda da República**, a infância memorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

CHARTIER, R. **O que é um autor?** revisão de uma genealogia. Tradução: Luzmara Curcino e Carlos Eduardo Bezerra. 1. reimpressão. São Paulo: EdUFSCar, 2014.

FRADE, I. C. A. da S. Materiais utilizados para ensinar a ler e escrever no Brasil: significados e pragmática (1840-1960). In: CASTELLANOS, S. L. V.; CASTRO, C. A (org.). **Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica.** São Luís: EDUFMA, 2016, pp. 421-448.

MONARCHA, C. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil – séculos XIX e XX).** Volume VIII. 1. ed. Uberlândia: EDUFU, 2016.

OLIVEIRA, R. de O.; TREVISAN, T. A. Medidas de controle da circulação do livro didático para o ensino de leitura e escrita em São Paulo: a atuação da Comissão Revisora de 1918. **Hist. Educ.** [online]. 2015, vol.19, n.45, pp.103-125. ISSN 2236-3459. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/48152>. Acesso em: 01 de jul. 2022.

PANIZZOLO, C. **A arte de civilizar-se por meio dos livros de leitura: um estudo das séries graduadas da escola primária paulista (1890-1904).** Ano: 2017, 25 páginas. (no prelo)

PAULINO, A. S. **Um mundo de pura manifestação dos sentimentos: a trajetória de Francisco Vianna e a representação de infância em suas obras (1876-1935).** Orientadora: Claudia Panizzolo. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, 2019.

TOZZI, J. B. Educação, infância e leitura: contribuição da teoria dos processos civilizadores de Norbert Elias. **Pro-Posições**, v. 24, n.2 (71) | p. 127-145 | maio/ago. 2013.

Fontes

VIANNA, F. F. M. **Cartilha.** 29. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931. (Série “Leituras Infantis”).

VIANNA, F. F. M. **Modernas directrizes no ensino primario: escola activa do trabalho ou nova.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

VIANNA, F. F. M. **Primeiro livro de leituras infantis**. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911a. (Série “Leituras Infantis”).

VIANNA, F. F. M. **Segundo livro de leituras infantis**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911b. (Série “Leituras Infantis”).

VIANNA, F. F. M. **Terceiro livro de leituras infantis**. 21. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917. (Série “Leituras Infantis”).

Submetido em: 15-7-2022

Aceito em: 16-2-2023